

A V I S O

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE OITO POSTOS DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO DETERMINADO (TERMO RESOLUTIVO CERTO A TEMPO PARCIAL / HORA) PARA TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DO ENSINO DA MÚSICA



NUNO MANUEL SOUSA PINTO DE CARVALHO GONÇALVES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SUPRA, FAZ SABER QUE :

Para cumprimento do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º do Decreto - Lei n.º 212/2009, de 03 de Setembro e de harmonia com a minha proposta de 26 de Julho de 2011 que traz deliberação favorável tomada em Reunião de Câmara de 28 de Julho de 2011, torna-se público que este Município aceita candidaturas para contratação do pessoal abaixo indicado, **em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial / hora**, nos termos e condições seguintes :

1 – Número de postos de trabalho : 8 (oito) .

2 – Categoria profissional : Técnico Superior (Docente de Música)

3 – Serviço a que se destinam : Desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública do Concelho de Peso da Régua.

4 – Competência a cumprir/Actividade a desempenhar : Correspondentes ao grau 3 de complexidade funcional, nomeadamente : prestar serviço docente no programa de generalização do ensino das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico **na área da Música**.

5 – Duração do contrato : Tem início na data da assinatura do contrato e finaliza no dia 30 de Junho de 2012 .

6 – Possuir como requisitos de admissão :

6.1 – Os requisitos gerais, previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- a)** Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, Lei especial ou convenção internacional ;
- b)** Ter 18 anos de idade completos ;
- c)** Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d)** Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e)** Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória .

6.2 – Os requisitos especiais previstos no artigo 16.º do Despacho n.º 8683/2011 que procede a alterações ao Despacho n.º 14460/2008, de 15 de

Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008 :

1 — Habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário.

2 — Os técnicos de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;

b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música;

c) Frequência do 2º ano de um curso de música que confira habilitação para a docência;

d) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — A contratação de profissionais referidos na alínea d) carece de autorização prévia da CAP, a quem compete analisar e atribuir ou

Não é admitida a substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional .

7 – Candidaturas :

7.1 – Forma : Mediante preenchimento obrigatório de formulário electrónico no sítio da Direcção Geral de Recursos Humanos de Educação (www.dgrhe.min-edu.pt) , dos dias 03 de Agosto de 2011 a 19 de Agosto de 2011;

8 – Métodos de selecção : Os métodos de selecção a utilizar no presente concurso, serão os seguintes:

a) Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – Com uma ponderação de 60% na valoração final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função . Foi elaborado um guião de entrevista, composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competência previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise, avaliado segundo os seguintes níveis classificativos :

- Elevado – 20 valores;
- Bom – 16 valores;
- Suficiente – 12 valores;
- Reduzido – 8 valores;
- Insuficiente – 4 valores.

b) Avaliação Curricular (AC) – Com uma ponderação de 40% na valoração final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, onde serão considerados os elementos que assumem maior relevância para os postos de trabalho a ocupar, nomeadamente os seguintes :

- Habilitação Académica (HA);
- Formação Profissional (FP);
- Experiência Profissional (EP);

Habilitação académica – Na habilitação académica será ponderada a nota final de curso .

Formação Profissional – Só serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional **relacionadas** com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, sendo o seguinte o factor de ponderação :

- 2 valores por cada dia de formação (7 horas) até ao máximo de 20 valores.

Experiência Profissional – Só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento de **funções inerentes à categoria e actividade a contratar**, atendendo ao seguinte factor de ponderação:

- 2 valores por cada ano de serviço até ao máximo de 20 valores

A determinação da avaliação curricular será obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + 2 EP}{4}$$

8.1 – Classificação Final: A valoração final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC \times 40\% + EAC \times 60\%$$

9 – Constituição da comissão de selecção :

EFFECTIVOS :

PRESIDENTE – Ricardo Alexandre Gonçalves Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social;

VOGAL – Paulo Renato Lamas Cardoso, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia ;

VOGAL- José Daniel Meireles de Almeida Lopes, Chefe da Divisão Administrativa e Gestão de Pessoal .

10- Os candidatos que não forem colocados nas vagas agora postas a concurso, ficarão vinculados a um possível processo de recrutamento, a efectuar em substituições que possam vir a surgir até ao final do ano escolar 2011/2012.

Paços do Município de Peso da Régua, aos 28 de Julho de 2011 .

O PRESIDENTE DA CÂMARA

NUNO MANUEL SOUSA PINTO DE CARVALHO GONÇALVES